



Sous la direction de Roberta Stumpf, Andréa Slemian et Renata Silva
Fernandes

Circuitos Oceânicos **Petições e comunicação imperial no Atlântico Ibérico (sécs. XVII–XIX)**

«Continuam a infestar o mar»

Agentes comuns e políticas de defesa contra a predação marítima no Atlântico Português (sécs. XVII e XVIII)

Hugo André Flores Fernandes Araújo

Éditeur : Publicações do CIDEHUS
Lieu d'édition : Évora
Publication sur OpenEdition Books : 19 décembre 2025
Collection : Biblioteca - Estudos & Colóquios
ISBN numérique : 978-972-778-505-6



<https://books.openedition.org>

RÉFÉRENCE NUMÉRIQUE

Araújo, Hugo André Flores Fernandes. « «Continuam a infestar o mar» ». *Circuitos Oceânicos*, édité par Roberta Stumpf et al., Publicações do CIDEHUS, 2025, <https://doi.org/10.4000/15eca>.

Ce document a été généré automatiquement le 5 janvier 2026.

Le format PDF est diffusé sous Licence OpenEdition Books sauf mention contraire.

«Continuam a infestar o mar»

Agentes comuns e políticas de defesa contra a predação marítima no Atlântico Português (sécs. XVII e XVIII)

Hugo André Flores Fernandes Araújo

Introdução

- ¹ «Continuam a infestar o mar os corsários, um dos quais fez dar à costa o nosso patacho da Província, e são já três os que ela perdeu nestes três anos»,¹ era assim que o padre Antônio Vieira comunicava ao antigo governador-geral, Roque da Costa Barreto (1678–1682), uma situação frequente naquele período: os ataques de piratas e corsários. Em outra carta no ano seguinte, Vieira reforçava os problemas que essas ações traziam para a segurança do território: «Esta costa de dois anos a esta parte anda infestada de corsários, particularmente franceses, dos quais alguns em melhor hábito que de corsários foram achados sondando-nos os portos, e ensinando os bárbaros a manear as armas europeas». ² O tom utilizado pelo padre Vieira ajuda a compreender as preocupações que estavam na pauta das autoridades portuguesas na América: os roubos e saques conduzidos por estrangeiros, a acumulação de conhecimento sobre o território costeiro e o estabelecimento de alianças com povos indígenas, uma combinação de ameaças significativas à soberania portuguesa na América. ³
- ² A crescente presença de piratas e corsários no Atlântico Sul durante o final do século XVII e início do século XVIII foi marcada por uma dinâmica intercultural de intercâmbios informacionais, comerciais e por violência, envolvendo os mais variados tipos de atores sociais. Argumentarei aqui que tanto a predação marítima como o seu combate dependiam da atuação de grupos sociais que não faziam parte da estrutura formal do império português, seguindo a linha proposta pelos trabalhos de Amélia Polónia e Cátia Antunes. Essas autoras apresentam a noção de *agentes informais* como atores sociais fundamentais na estruturação das redes que viabilizaram o império português (Antunes & Polónia, 2017; Polónia, 2015; Polónia & Antunes, 2016). Em diálogo com essa proposta utilizarei a noção de *agentes comuns*, entendidos como uma «gama multiétnica de atores sociais, tais como negros (libertos e escravos), indígenas, mulatos e brancos pobres que através da sua mobilidade laboral cotidiana

desempenhavam papéis centrais para a organização da guerra e dos sistemas de comunicação» (Araújo, 2025, pp. 53–54). Ressalta-se que o termo «agentes comuns» não foi extraído das fontes. Utilizo este termo aqui como uma categoria para analisar e classificar esses atores sociais. Duas características observadas fundamentam essa qualificação proposta: 1) eram sujeitos «comuns» no sentido de pertencerem aos estratos inferiores da hierarquia social do período, compostos por grupos presentes em diversas vilas litorâneas do Atlântico; 2) eram «comuns» também por constituírem elementos recorrentes nas dinâmicas imperiais, uma vez que outros impérios coloniais buscaram igualmente estabelecer alianças com esses grupos – ora para praticar comércio ilícito, ora para empreender disputas territoriais no Atlântico Sul.

- 3 Adotar essa perspectiva implica observar as relações sociais e as dinâmicas de poder por um prisma diferente, na qual a materialidade do império se devia à agência dos grupos sociais subalternos, pois eram eles que interferiam em dinâmicas de comunicação, comércio, defesa e diplomacia. Outros trabalhos sugeriram essa perspectiva de uma história vista de baixo (referidas como *history from below* ou *bottom-up*) na qual a ação de sujeitos que não pertencem às estruturas formais dos impérios produziu efeitos significativos no processo de construção e manutenção institucional da ordem imperial.⁴ Uma dessas perspectivas entende que foi a participação dos atores sociais «de baixo», através de processos comunicativos (petições, requerimentos e manifestações locais), que resultou no estabelecimento de interações empoderadas (*empowering interactions*) criando cenários nos quais tanto os «de baixo» quanto os «de cima» firmavam arranjos para a consolidação do Estado e se fortaleciam mutuamente no decorrer desse processo (Blockmans *et al.*, 2009, p. xxxiii). A historiografia sobre a Ibero-América tem indicado como as petições eram um canal comunicativo importante para indivíduos e grupos subalternos reivindicarem direitos, e ao mesmo tempo sugere que a partir dessas manifestações as instituições centrais das coroas ibéricas, Conselho Ultramarino ou Consejo de Indias poderiam «emitir uma consulta para decisão, ou mesmo autorizar uma medida de caráter normativo para solução do caso naquela localidade, extensível ou não a outros lugares» (Slemian, 2023, p. 23). Numa direção semelhante, Adrian Masters sugere que o resultado dessa perspectiva é a mudança de percepção sobre as relações no interior da sociedade, na qual os vassalos não mais eram entendidos como sujeitos que poderiam passivamente obedecer, negociar ou contrariar os desígnios do centro. Com efeito, Masters (2023, p. 45) apresentou que esse intenso processo comunicativo originou os elementos normativos organizadores da sociedade, sem que houvesse fatores exógenos ou impostos a partir do centro.

- 4 Nesse sentido, procuro me somar a essas reflexões e discutir como a atuação cotidiana dos *agentes comuns* foi um elemento-chave para a conservação dos territórios no Atlântico português. Diante da indisponibilidade ou da insuficiência de recursos bélicos e navais, para patrulhar e guardar a faixa costeira, foi a agência desses atores sociais que viabilizou dinâmicas de comunicação e organização da defesa costeira. A partir dessas reflexões, analisarei como as autoridades régias implementaram políticas de defesa contra a predação marítima, com particular destaque para o papel dos *agentes comuns* nesse processo.

Pescadores e comunidades costeiras: vigia e contato

- 5 Quando estrangeiros se aproximavam da costa da América portuguesa, frequentemente tinham o primeiro contato com pescadores ou comunidades costeiras espalhadas pela

longa faixa atlântica do território.⁵ O relato de William Dampier (1699) registra um desses encontros, no qual o corsário inglês se deparou com pescadores ao se aproximar da Bahia, trazendo-os a bordo de seu navio para adquirir alimentos e obter informações.⁶ Muitas vezes, esses contatos desdobravam-se em arranjos mais complexos, envolvendo formas de cooperação entre os forasteiros e os habitantes locais. Além de adquirir produtos como peixes e frutas, durante sua passagem pelo Rio de Janeiro em 1708, Woodes Rogers estabeleceu um acordo com a comunidade costeira fluminense, comprometendo-se a recompensar aqueles que capturassem qualquer membro fugitivo de sua tripulação.⁷

- 6 O posicionamento costeiro desses *agentes comuns* era estratégico, e, como indicarei, as autoridades da coroa e os agentes da predação marítima sabiam muito bem disso. Do ponto de vista da organização defensiva, a criação e a manutenção de postos de vigia eram um elemento importante dos circuitos de comunicação local para acionar as políticas de defesa. Na comunidade costeira do Rio Vermelho⁸, situada a poucos quilômetros ao norte de Salvador, havia uma vigia costeira com instruções para informar ao governo-geral sobre os «navios que entrarem neste porto (...) tendo jangadas prestes para algum aviso que se oferecer mandar a algum navio ou meter-lhe prático para entrar para dentro [do porto]». ⁹ O governador de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, ordenou que os portos de Tamandaré, Itamaracá e Paraíba tivessem um prático escolhido entre os «pescadores vizinhos para mais certeza de se acharem a qualquer hora em casa ou em mar (...) pois sucede tantas vezes apertadas do tempo, ou corridas do inimigo perderem-se tantas embarcações ao entrar das barras, por não trazerem piloto dela». ¹⁰ O prático também receberia o soldo equivalente ao de um soldado da tropa paga, com um adicional de dez cruzados por cada embarcação trazida em segurança para o porto. Esses elementos permitem vislumbrar como as autoridades entendiam a importância desses *agentes comuns*, uma vez que estes eram incorporados, mesmo que precariamente, às estruturas existentes.¹¹
- 7 Algumas situações demonstram claramente como esses atores sociais movimentavam os circuitos comunicacionais dos sistemas de defesa. Em 1704, a vigia de Cabo Frio alertou o governador do Rio de Janeiro sobre a presença suspeita de dois navios que, segundo o aviso, se «conservavam [n]aquela altura havia dias». ¹² Em resposta, o governador D. Álvaro da Silveira enviou avisos para Ilha Grande, Paraty e Santos, comunicando a suspeita e determinando, através de um bando, a suspensão da navegação até nova ordem. ¹³ O papel das vigias era de tal importância que é possível afirmar que, graças ao seu alerta, as forças portuguesas conseguiram resistir às investidas do corsário Jean-François Duclerc em 1710. Na ocasião, o governador foi informado da presença dos navios franceses por um pescador vinculado à vigia, ¹⁴ o que viabilizou o tempo necessário para alertar as tropas e organizar a defesa contra os invasores.
- 8 Os estrangeiros que buscavam a costa para praticar roubos e saques estavam cientes da importância dos pescadores, tanto para as políticas de defesa, quanto para viabilizar o trânsito seguro por um litoral repleto de recifes, bancos de areia e baixios desconhecidos ou não mapeados. Não é por acaso que as embarcações pesqueiras foram presas frequentes, apesar do baixo valor comercial de sua carga. A primeira presa citada no julgamento de John Quelch¹⁵ é justamente um barco pesqueiro. O grupo bucaneiro que passou pela costa do Rio Grande em 1685¹⁶ capturou alguns barcos pesqueiros e seus tripulantes foram aprisionados e coagidos a servirem de guias numa incursão feita em terra. ¹⁷ Essa prática fazia parte do conjunto de estratégias de

predação marítima empregadas por estrangeiros, como o relato de Woodes Rogers deixa entrever. Ao se aproximarem da costa chilena, armaram um barco e puseram-se a procura de pescadores, a fim de interceptá-los para que as autoridades em terra não fossem avisadas sobre a sua presença: «We sent our Pinnace thither mann'd and arm'd, to see if there were any Fishermen upon it and secure'em, lest they should discover us to the People on the Main».¹⁸

- 9 Quando as autoridades eram informadas sobre a presença hostil de embarcações estrangeiras, uma das primeiras medidas adotadas era decretar, geralmente por meio de bandos, a interrupção do trânsito naval entre determinados pontos da costa. Essa era uma forma de impedir a captura de embarcações enquanto se organizavam expedições de guarda-costas. Além disso, essas ordens tentavam coibir contatos e relações interculturais entre estrangeiros e locais, já que tais interações poderiam comprometer as operações de defesa. Em abril de 1685, o governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, lançou um desses bandos, determinando a interrupção da navegação, logo após a captura de três embarcações «por trezentos homens de várias nações os mais deles ingleses [vindos] das ilhas nomeadas as Barbadas».¹⁹ Um expediente semelhante foi adotado em 1704 por D. Álvaro da Silveira, que determinou a interrupção do trânsito naval entre Ilha Grande, Paraty, Santos e Rio de Janeiro, após receber avisos do capitão-mor de Cabo Frio sobre atividade suspeita naquela faixa costeira. Pouco depois, confirmou-se a presença de piratas, com a captura de uma embarcação que desobedeceu às ordens do governador, resultando na perda de uma carga de ouro estimada em vinte mil cruzados.²⁰ A suspensão da navegação também tinha como objetivo impedir o estabelecimento de relações interculturais que, sob forma de alianças ou acordos de ocasião, comprometiam a eficácia das políticas de defesa costeira. É provável que algumas comunidades fornecessem informações para os invasores em troca de algum tipo de pagamento ou compensação. Um episódio ocorrido em 1683 reforça essa percepção. Quando oito pescadores negros da comunidade do Rio Vermelho saíram ao mar, desrespeitando as ordens do governador-geral, e alertaram os piratas sobre a iminente partida de uma expedição guarda-costas enviada para capturá-los.²¹
- 10 Comunidades menores, situadas em pontos mais afastados dos grandes portos, também podiam estabelecer arranjos e conduzir comércio ilícito com estrangeiros, como se verifica nos relatos de Frézier e Shelvocke sobre a ilha de Santa Catarina. O engenheiro francês Amédée Frézier²² deixou um relato minucioso de sua viagem ao Chile, incluindo descrições e ilustrações de alguns pontos da costa brasileira feitos nas viagens de ida e volta. Em 1712, durante a travessia em direção ao sul, Frézier descreveu a passagem pela ilha de Santa Catarina. A expedição francesa buscou aquela costa para reabastecimento antes de cruzar o Estreito de Magalhães, uma escolha que não foi feita ao acaso. No ano anterior, dois capitães franceses, Roche e Besard, comandantes do *Joyeux* e *Lysidore*, haviam combinado sinais com o capitão Salvador de Sousa Brito, morador da vila de Desterro, para que a comunidade local reconhecesse aquelas embarcações como aliadas, interessadas em comércio. Contudo, a tripulação francesa se equivocou na execução dos sinais, disparando uma peça de artilharia em vez de duas. Isso levou os moradores a se retirarem de suas casas com seus pertences de valor, mantendo-se em alerta, sobretudo porque ainda era recente a memória do ataque de Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro no ano anterior. Superando o mal-entendido, o sargento-mor Manuel Manso de Avelar chegou a um acordo com os franceses, permitindo que permanecessem por curto período para fazer aguada, coletar madeira e

adquirir alimentos. Nesse ínterim, Frézier sondou vários pontos da costa e redigiu um relato detalhado sobre a vila, sua população, sua capacidade defensiva e os produtos disponíveis na região²³ (Cardoso, 2013).

- 11 Os desentendimentos nos contatos entre as comunidades costeiras e os estrangeiros podiam evoluir para situações de hostilidade. No caso do corsário inglês George Shelvocke, a abordagem inicial à ilha de Santa Catarina foi influenciada pela leitura prévia do relato de Amédée Frézier,²⁴ no qual se descreviam os produtos que poderiam ser adquiridos naquela localidade.²⁵ Em março de 1719, Shelvocke havia apresado uma pequena embarcação, provavelmente portuguesa, carregada com sal e vinho nas proximidades das Ilhas Canárias. Seu objetivo era negociar a carga para viabilizar a continuidade da sua viagem. Segundo seu relato, o vinho foi consumido pela tripulação inglesa antes que pudesse ser transferido ao navio *Speedwell*. O barco apresado foi então vendido ao governador do Porto da Praia, na Ilha de Santiago (*St. Jago*), no arquipélago de Cabo Verde. Por fim, o sal foi reservado com a intenção de ser negociado em Santa Catarina, conforme a indicação de Frézier sobre a valorização desse produto pelos moradores da vila.²⁶
- 12 Em junho de 1719, ao fundearem em Santa Catarina, os ingleses encontraram uma comunidade costeira inicialmente receptiva, disposta a negociar produtos locais em troca do sal. Esse acolhimento permitiu que a tripulação permanecesse em terra por alguns dias. Além de adquirir suprimentos, a intenção dos corsários era cortar madeira para reforçar os cascos dos navios, que em breve enfrentariam a travessia do Estreito de Magalhães rumo ao Pacífico.²⁷ No entanto, a disposição favorável dos moradores foi abalada após um desentendimento entre um oficial da tripulação e um dos locais,²⁸ episódio que desencadeou uma crescente animosidade. O conflito culminou em uma emboscada, narrada por Shelvocke em seu livro:

No sooner had my people got into the boat, than they heard them rushing out from woods, crying, "Kill the Dog, Kill all the English Dogs". This outcry was instantly follow'd by a volley of small arms, which wounded three of my men, two through the thigh, and another through the arm.²⁹
- 13 A deterioração das relações precipitou a partida dos ingleses, que obtiveram alguns víveres, pouco antes de retomarem o curso para os mares do sul.³⁰
- 14 Os exemplos analisados evidenciam como os *agentes comuns* participavam de dinâmicas multifacetadas. Essas relações com estrangeiros oscilavam entre momentos de comunicação direta, estabelecimentos de acordos e realização de transações, e episódios de hostilidade motivados pela insegurança imposta pela predação marítima recorrente. Muitas dessas comunidades se encontravam em pontos remotos da costa, que serviam como zonas de fronteira, o que contribuía para o desenvolvimento de uma economia informal de trocas com navios estrangeiros, em especial quando os produtos desejados eram escassos ou inacessíveis pelo preço elevado (Prado, 2019, p. 672). Esses contatos, mesmo que episódicos, ajudam a entender como o comércio ilícito podia funcionar como um canal para inserção dos *agentes comuns* em redes transimperiais de circulação de bens e informações. Não por acaso, as autoridades portuguesas destacaram em várias ocasiões a tênue fronteira entre o comércio clandestino e a predação marítima. Em carta ao Marquês das Minas, o Padre Antônio Vieira expressa essa percepção ao afirmar que:

Estes navios, de que hoje temos no porto da Baía trinta e um, antigamente eram frotas de mercadores que vinham comerciar, hoje são armadas de inimigos e piratas que vêm, saquear o Brasil; porque antigamente traziam dinheiro e levavam drogas, e de muitos anos a esta parte levam as drogas e mais o dinheiro.³¹

Holandeses em São Sebastião

- 15 Analisarei de modo mais detido um caso exemplar que permite vislumbrar várias das dinâmicas que apresentei ao longo do texto. Trata-se da passagem pela América portuguesa da expedição de circum-navegação do capitão neerlandês Jacob Roggeveen. A frota de três navios, armada pela Companhia das Índias Ocidentais, partiu de Amsterdã em julho de 1721 e alcançou a costa do Brasil em novembro do mesmo ano³² (França, 2012, p. 553).
- 16 A parada na Ilha dos Porcos, no litoral da capitania de São Paulo, em 14 de novembro de 1721, foi por necessidade, pois a tripulação de Roggeveen mandou um barco à terra para sepultar um tripulante que faleceu durante a travessia. Durante esse episódio ocorreu um contato com moradores da ilha. Karl Friedrich Behrens, membro da expedição, deixou o relato dessa viagem que se tornou mais popular.³³ Sua descrição do contato com os ilhéus apresenta as nuances dos contatos interculturais com os *agentes comuns*. Pouco antes de alcançarem a costa, os neerlandeses avistaram um grupo de portugueses armados que sinalizavam para que se afastassem, de modo que a tripulação só conseguiu desembarcar depois de mostrarem que pretendiam enterrar um cadáver. Em terra os homens conseguiram obter informações sobre onde estavam exatamente e em qual ponto da costa poderiam aportar para fazer aguada e se reabastecer para a viagem.³⁴ Os neerlandeses tiveram dificuldade em convencer algum dos portugueses a ir a bordo do *Tienhoven* encontrar o capitão da expedição, pois suspeitavam que eles estavam ali como piratas.³⁵ Para convencer um dos pescadores a guiá-los até São Sebastião, tiveram que argumentar, orar e oferecer alguns presentes.³⁶ O pescador que os conduziu relatou ao governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, como durante esse trajeto os holandeses «perguntaram miudamente se as minas davam ainda muito ouro, se havia também homens ricos perto da costa, quantas fortalezas havia, que gente e artilharia tinha Santos e outras coisas mais».³⁷ Esses encontros demonstram como as relações interculturais eram marcadas por nuances mutáveis, pois as impressões iniciais negativas poderiam ser alteradas a partir do convencimento, obtido através de demonstrações de boa fé, e de negociação, com ofertas de presentes e produtos.
- 17 Quando fundearam em São Sebastião, os neerlandeses receberam uma recepção semelhante, mesmo ostentando a bandeira holandesa e tendo feito as salvas e os sinais.³⁸ A desconfiança de que fossem piratas era constante e justificada, como muito bem evidenciou o trabalho clássico de Maria Fernanda Bicalho (2003, pp. 17–18). Neste, a autora indica como o medo e a constante ameaça estrangeira eram preocupações marcantes nos escritos das autoridades, e aqui posso acrescentar que o mesmo era verdade para as populações costeiras. Esse temor se tornou significativamente maior após a invasão de Duguay Trouin (1711), mas certamente era uma preocupação anterior, fruto de um século de intensas disputas com os holandeses que havia culminado na ocupação de pontos estratégicos do Atlântico português como Salvador, Recife e Angola (Araújo, 2022).³⁹
- 18 Como as salvas e sinais à distância foram ignoradas, os neerlandeses tentaram uma abordagem diferente, oferecendo presentes⁴⁰ e apresentando uma carta de Jacob Roggeveen na qual solicitavam a permissão para adquirir provisões: «as our immediate request is for cattle, sheep, pigs, fruits and all other vegetables, as well as water and firewood, paying for them as much as your Honour according to equity shall judge to be

proper».⁴¹ Essa também era uma prática comum dos neerlandeses no Caribe, como destaca Arne Bialuschewski, pois eles aproveitavam a fragilidade econômica das comunidades costeiras afastadas para forjar laços e estabelecer o comércio ilícito, ofertando manufaturados por um preço inferior e recebendo em troca produtos e matérias-primas muito valorizadas nos mercados europeus (Bialuschewski, 2022, p. 19).

- ¹⁹ O sargento-mor que governava a vila de São Sebastião agradeceu os presentes, entretanto respondeu a carta explicando que não tinha autorização para negociar com estrangeiros, pedindo aos neerlandeses que aguardassem a resposta do governador de São Paulo. Além de cumprir as ordens de seu superior imediato, o sargento-mor também estava observando um alvará régio de 5 de outubro de 1715, o qual só permitia a venda de provisões a estrangeiros em caso de comprovada necessidade. A veracidade era verificada mediante o exame conduzido por autoridades portuguesas a bordo das embarcações que alegavam a urgência,⁴² procedimento que frequentemente causava atritos, resultando em confisco e prisões.
- ²⁰ A resposta negativa foi mal recebida por Roggeveen, que de acordo com Behrens, insinuou que caso a hospitalidade não fosse oferecida a sua tripulação, teria que obter pela força o que conseguiria com dinheiro.⁴³ Ao que parece os neerlandeses tentaram intimidar os moradores, posicionando os navios de forma a colocar a pequena vila sob a mira dos canhões e enviaram barcos para a praia,⁴⁴ ainda que tudo se tratasse de uma manobra para forçar a cooperação: «Mais tout cela n'étoit qu'un jeu. Nous voulions seulement inspirer de la terreur aux Portugais pour parvenir à notre but.»⁴⁵ As tensões aumentaram e deram lugar às hostilidades: «os moradores prevenidos, por lhe terem dito que tomariam por força os mantimentos, sucedeu darem-se umas descargas de parte a parte, de que resultou uma ou duas mortes, e ficaram alguns feridos» (Arquivo Nacional, 1910, p. 205). Contudo, as hostilidades não prosseguiram. A intervenção do padre neerlandês Thomas, um franciscano de Utrecht que assistia no convento de Nossa Senhora do Amparo, assegurou um meio para que as trocas ocorressem pacificamente.⁴⁶ A mediação do religioso⁴⁷ fez com que os neerlandeses tivessem permissão para fazer aguada, obter madeira e suprimentos, assim como tratar dos tripulantes doentes.
- ²¹ No início de dezembro os navios de Roggeveen levantaram âncoras e seguiram com a viagem.⁴⁸ Isso, contudo, não tranquilizou as autoridades portuguesas. O governador de São Paulo comunicou ao do Rio de Janeiro a sua suspeita de que os neerlandeses poderiam estar se dirigindo para a Bahia. Para ter certeza sobre essas movimentações, ele acionou os moradores de Paraty para vigiar e informar o caminho que os navios tomavam.⁴⁹ Pouco tempo depois Rodrigo César de Menezes escreveu novamente à Aires de Saldanha com novas informações que o capitão da guarda-costas havia enviado diretamente de São Sebastião. Eles constataram a ausência de ameaça pois os neerlandeses seguiram o curso que haviam informado anteriormente.⁵⁰ O vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes recebeu os avisos do Rio de Janeiro, e em fevereiro respondeu ao governador parabenizando-o pelo seu posicionamento no episódio. A avaliação do vice-rei sobre os desdobramentos do episódio reforça a percepção acerca da centralidade desses *agentes comuns* na defesa costeira:

Nas partes donde houver qualquer coação é muito conveniente que as nossas povoações se oponham a toda violência ou insulto que os estrangeiros intentarem e esta experiência se viu agora com a Ilha de São Sebastião e os holandeses.⁵¹

Considerações finais

- 22 As políticas de defesa contra a predação marítima consistiam em uma série de práticas complementares: o estabelecimento de vigias costeiras, a interrupção da navegação, a circulação de informações e o envio de expedições guarda-costas. Os *agentes comuns* eram os elos que conectavam essas práticas, ora os reforçando, ora os enfraquecendo. Em trabalhos anteriores (Araújo, 2024; Araújo & Menezes, 2024) mostrei como a eficácia das expedições guarda-costas era limitada e com poucos resultados concretos, servindo mais como elemento dissuasor. Também destaquei como as comunidades costeiras foram mais eficientes do que as tropas oficiais em repelir e capturar invasores (Araújo, 2025).
- 23 Nesse sentido demonstrei ao longo do texto que as autoridades portuguesas estavam cientes da importância dessas comunidades e procuravam manter boas relações com estas para assegurar a continuidade das políticas de defesa. Basta recordar que a própria experiência portuguesa durante a expansão pela África e pela Ásia havia demonstrado como as relações interculturais ocorriam em estágios que avançavam de encontros esporádicos e pequenas transações para o estabelecimento de feitorias e a consequente fixação no território (Russell-Wood, 2014, pp. 27–72; Subrahmanyam, 1995, pp. 1–15). Para conservar a posse dos territórios era necessário ter a colaboração contínua dos *agentes comuns* das comunidades costeiras, e uma das formas de obter isso era através do reforço do sentimento de pertencimento dos vassallos, afinal, como apontou Masters, «there could hardly be an empire built without vassals' volition, on violence alone» (2023, p. 26).
- 24 O cenário apresentado indica que o processo de construção imperial no Atlântico português foi descentralizado e intrinsecamente dependente dos recursos locais, tanto do custeio da defesa pelas câmaras e homens de negócio, quanto dos *agentes comuns* que reafirmaram seu *status* de bons vassallos através dessas ações cotidianas que asseguravam o controle dos territórios na América.
-

BIBLIOGRAPHIE

Antunes, C., & Polónia, A. (Orgs.). (2016). *Beyond empires: Global, self-organizing, cross-imperial networks, 1500-1800*. Brill.

Araújo, H. A. F. F. (2022). The Insurrection of Pernambuco and the Surrender of the Dutch in Brazil (1645–1654). Em S. Webre (Ed.), *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199366439.013.1031>

Araújo, H. A. F. F. (2024). Expedições guarda-costas e armadilhas: Transcrição crítica de três regimentos para o combate aos corsários neerlandeses na costa de Pernambuco (1656 e 1661). *Revista de Fontes*, 11(20), 95–108. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/view/14976>

Araújo, H. A. F. F. (2025). Agentes comuns: Circuitos de informação, predação marítima e construção imperial no Atlântico português (séculos XVII e XVIII). *Trashumante*:

- Revista Americana de Historia Social*, 25, 50–71. <https://doi.org/10.17533/udea.trahs.n25a04>
- Araújo, H. A. F. F., & Menezes, E. V. (2024). Transcrição crítica do “Regimento para as duas fragatas que vão a correr a costa” do Rio de Janeiro (29/4/1685). *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, 37(2), «Documento» n.º 3. <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2280>
- Azevedo, J. L. (1928). *Cartas do Padre António Vieira: Coordenadas e anotadas por J. Lúcio D’Azevedo* (Tomo III). Imprensa da Universidade.
- Bialuschewski, A. (2022). *Raiders and natives: Cross-cultural relations in the age of buccaneers*. University of Georgia Press.
- Bicalho, M. F. (2003). *A cidade e o império: O Rio de Janeiro no século XVIII*. Civilização Brasileira.
- Blockmans, W., Holenstein, A., Mathieu, J. (Orgs.), & Schläppi, D. (Collab.). (2009). *Empowering interactions: Political cultures and the emergence of the state in Europe, 1300-1900*. Ashgate.
- Cardoso, V. H. B. (2013). *As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade periférica no sul da América Portuguesa: A Ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750* [Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123096>
- França, J. M. C. (2012). *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: Antologia de textos, 1591-1808*. Jose Olympio Editora; Editora UNESP.
- Hostin, G. J. S. (2021). The Pirate of Cotinga Island (1718): The history and archaeology of a mysterious shipwreck in the South of Brazil. *Maritime Archeological and Historical Society News*, 32(2), 7–12.
- Masters, A. (2023). *We, the King: Creating royal legislation in the Sixteenth-Century Spanish New World*. Cambridge University Press.
- Meuwese, M. (2014). From Dutch Allies to Portuguese Vassals: Indigeneous Peoples in the aftermath of Dutch Brazil. Em M. Van Groesen (Org.), *The Legacy of Dutch Brazil* (pp. 59–76). Cambridge University Press.
- Polónia, A. (2015). Portuguese Seafarers: Informal agents of Empire-building. Em M. Fusaro, B. Allaire, R. Blakemore, & T. Vanneste (Orgs.), *Law, labour, and empire: Comparative perspectives on seafarers, c. 1500-1800* (p. 215–235). Palgrave Macmillan.
- Polónia, A., & Antunes, C. (2017). *Mechanisms of global empire building*. CITCEM; Afrontamento.
- Prado, F. (2019). Trans-Imperial interaction and the Rio de la Plata as an Atlantic borderland. Em D. A. Levin Rojo & C. Radding (Orgs.), *The Oxford Handbook of borderlands of the Iberian World* (pp. 668–690). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199341771.013.19>
- Rediker, M. (2024). *La poética de la Historia desde Abajo* (C. S. Rebolledo, Trad.). Tesis XII editores.
- Russell-Wood, A. J. R. (2014). *Histórias do Atlântico Português* (Â. Domingues & D. A. S. de Moura, Orgs.). Editora UNESP.
- Sharp, A. (Org.). (1970). *The Journal of Jacob Roggeveen*. Oxford University Press.
- Silva, L. G. (2001). *A faina, a festa e o rito: Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. Papirus.
- Slemian, A. (2023). Entre graça e direitos: Apontamentos sobre como entender as petições na América Portuguesa (Século XVIII). *Almanack*, 34, artigo 3. <https://doi.org/10.1590/2236-463334ed00223>

Subrahmanyam, S. (1995). *O império asiático português 1500-1700: Uma história política e económica*. DIFEL.

NOTES DE BAS DE PAGE

1. CARTA CCXVI – A Roque da Costa Barreto (14 de julho de 1686). In Azevedo, 1928, p. 533.
2. CARTA CCXXIII – A Diogo Marchão Temudo (1 de junho de 1687). In Azevedo, 1928, p. 543.
3. Arne Bialuschewski (2022, p. 7) apontou algo semelhante para o Caribe espanhol: «non-Iberian intruders and indigenous revolts posed the two most serious challenges to imperial rule in the New World. On several occasions, colonial authorities were apprehensive that these two parties would join forces and take up arms against them. In order to break up potential liaisons between their European enemies and native groups, the Spaniards not only launched military campaigns, but they also used a broad variety of measures (...) aimed at bringing coastal populations under imperial control. This, of course, caused further resentment and conflicts.».
4. Vale destacar que, embora utilizem de um vocabulário conceitual parecido e partam de algumas questões convergentes, esses trabalhos são bem distintos dos trabalhos de história social que possuem esse enfoque de uma história vista de baixo nos moldes de uma tradição inaugurada por E. P. Thompson. Cf. Rediker, 2024.
5. De acordo com Luiz Geraldo Silva (2001, p. 100), os pescadores negros livres «preferiam morar em praias planas, nas quais havia maior facilidade de executar tarefas tais como a ida da jangada da terra para o mar, e vice-versa, e o descarregamento do pescado na praia». Para o autor, essas comunidades se transformaram ao longo dos séculos XVII e XVIII: «a partir de então os coqueirais passaram a ser plantados ao longo da linha da costa, que as jangadas começam a fazer parte integrante da paisagem marítima do Nordeste e que os currais de peixe e as proibições de acesso às praias por parte dos senhores terratenentes locais se encarregam de demarcar os distintos lugares sociais - e logo, as relações de poder e dependência - vigentes nas comunidades em questão» (Silva, 2001, p. 101).
6. Dampier, W. (1709). *Voyage to New-Holland, &c. In the Year 1699: Vol. III.* (Second Edition). Printed by W. Botham, for James Knapton, at the Crown in St Paul's Church-Yard, p. 47.
7. Rogers, W. (1712). *A Cruising Voyage Round the World: First to the South-sea, thence to the East-Indies, and homewards by the Cape of Good Hope. Begun in 1708, and finish'd in 1711.* Printed for A. Bell at the Cross-Keys and Bible in Cornhill, and B. Lintot at the Cross-Keys between the two Temple-Gates, Fleetstreet, p. 39.
8. *Arquivo Histórico Ultramarino* (doravante AHU), Códices, Cód. 245, fl. 54 (8 de novembro de 1679). Disponível em: Projeto Resgate

9. Provisões, Patentes, Alvarás. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Documentos Históricos* (doravante *BNRJDH*), Vol. 28 (1681–1686). Rio de Janeiro, Typ. Arch. de Hist. Brasileira, 1934, p. 440.

10. Disposições dos Governadores de Pernambuco, 1648–1696, Tomo I, *Arquivo da Universidade de Coimbra* (doravante *AUC*), Conde dos Arcos (doravante *CA*), Cód. 31, fl. 60–60v (16 de setembro de 1661).

11. Esse é o caso de Pero Gonsalves, que servia como soldado da companhia do capitão Cosme Teixeira em Itamaracá. O governo de Pernambuco ordenou que ele assistisse no forte da Santa Cruz como «prático daquela barra agregado a companhia que nele está de guarnição em que se lhe dará seu socorro, como aos mais soldados e 10 cruzados por cada navio que meter dentro no porto», recomendando que o capitão do forte estivesse «sempre pronto com jangada ou batel, para acudir a qualquer embarcação que vier buscando a barra, reconhecendo-se primeiro que é portuguesa, não consentindo faça ausência dali mais que para ir a pescar, visto que estando no mar poderá logo descobrir as embarcações que vierem e ir a elas». Disposições dos Governadores de Pernambuco, 1648–1696, Tomo I, *AUC*, *CA*, Cód. 31, fl. 60–60v (16 de setembro de 1661).

12. As suspeitas se confirmaram pouco tempo depois, pois os navios eram do bando de John Quelch e haviam tomado uma embarcação carregada de ouro nas proximidades. *The arraignment, tryal, and condemnation of Capt. John Quelch and Others of his Company, Etc. For Sundry Piracies, Robberies, and Murder, Committed upon the Subjects of the King of Portugal, Her Majesty's Allie, on the Coast of Brasil* (1705). Printed for Ben. Bragg in Avemary-Lane, ragg in Avemary-Lane, fl. 4.

13. Consulta do Conselho Ultramarino, *AHU*, Rio de Janeiro – Castro Almeida (doravante *RJ – CA*), Cx. 14, doc. 2758 (4 de fevereiro de 1704). Disponível em: Projeto Resgate

14. Relação da vitória que os portugueses alcançaram em 19 de setembro de 1710 (1860). *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XXIII, Primeira parte Kraus Reprint, Nendeln/ Liechtenstein, 1973, p. 413; Carta de Fr. Francisco de Menezes para o Duque de Cadaval, escripta do Rio de Janeiro, sobre a invasão de Duclerc em 6 de novembro de 1710 (1908). *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo LXIX, Primeira parte, Imprensa Nacional, p. 55.

15. Em 15 de novembro de 1703, Quelch capturou uma pequena embarcação pesqueira nas proximidades do cabo de Santo Agostinho. A captura se deu provavelmente pelo valor estratégico e para impedir que as autoridades fossem avisadas, já que a carga foi estimada em um valor baixo (three pounds). *The arraignment, tryal, and condemnation of Capt. John Quelch...*, 1705, *op. cit.*, fl. 2.

16. O grupo de bucaneiros capturou quatro barcos de pesca e dois barcos que carregavam açúcar. Fizeram uma parada para reparar as suas embarcações na barra do Rio Açu, o que alertou as autoridades sobre sua presença. Durante a estadia tentaram, sem sucesso, saquear currais nas proximidades, sendo prontamente repelidos pelos moradores da localidade. Carta do capitão-mor do Ceará ao governador de Pernambuco. *AHU*, Rio Grande do Norte (doravante *RN*), Cx. 1, doc. 24 (13 de outubro de 1685). Disponível em: Projeto Resgate; *AUC*, *CA*, Cód. 31, fl. 403–403v (2 de outubro de 1685); *AHU*, Códices, Cód. 245, fl. 54 (8 de novembro de 1679). Disponível em: Projeto Resgate; *AHU*, Códices, Cód. 245, fl. 54 (29 de abril de 1687). Disponível em: Projeto Resgate; *AHU*,

Códices, Cód. 245, fl. 50v-52 (20 de dezembro de 1688) Disponível em: Projeto Resgate; «Carta patente de confirmação do posto de sargento-mor da Infantaria da ordenança [do Ceará] em Estevão Velho de Moura». In Studart, G. (1922). Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará. Colleção Studart. *Revista do Instituto do Ceará*, 36, pp. 195-196.

17. Esses bucaneiros «havia mandado duas lanchas com quarenta homens pelo rio acima aos currais a matar gado, levando dois outros homens dos barcos amarrados, por guias dando a todos mesmo mau tratamento, espancando-os e tenteando-os». Consulta do Conselho Ultramarino, AHU, PE, Cx. 14, doc. 1362 (13 de outubro de 1685). Disponível em: Projeto Resgate; Carta do capitão-mor do Ceará ao governador de Pernambuco. AHU, RN, Cx. 1. doc. 24 (13 de outubro de 1685). Disponível em: Projeto Resgate

18. Rogers, 1712, *op. cit.*, p. 145.

19. Bando sobre ninguém transpor as fortalezas da barra. *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro* (doravante ANRJ), Governadores do Rio de Janeiro (Registros antigo e velho de Ordens Régias). Fundo Secretaria do Estado do Brasil. ANRJ, Fundo 86, Cód. 77, v. 1, fl. 188v (24 de abril de 1685); Carta do capitão-mor de São Vicente, Pedro Taques de Almeida, ao rei D. Pedro II, AHU, Brasil-Geral, Cx. 1, doc. 98 (28 de abril de 1685). Disponível em: Projeto Resgate. Esse caso foi analisado mais detidamente em Araújo & Menezes, 2024.

20. Consulta do Conselho Ultramarino, AHU, RJ – CA, Cx. 14, doc. 2758 (4 de fevereiro de 1704). Disponível em: Projeto Resgate. A captura foi feita pela tripulação de Quelch em 15 de janeiro de 1704. *The arraignment, tryal, and condemnation of Capt. John Quelch...*, 1705, *op. cit.*, fl. 4.

21. AHU, Códices, Cód. 245. fl. 109 (12 de dezembro de 1684). Disponível em: Projeto Resgate

22. De acordo com Jean Marcel de Carvalho França (2012, p. 504), o objetivo da expedição de Frézier era «realizar uma viagem de reconhecimento aos portos das colônias espanholas situadas na costa oeste da América Austral (...) fora escolhido para liderar uma viagem de espionagem marítima, ao longo da qual deveria efetuar um minucioso levantamento da posição geográfica, dos recursos defensivos, dos meios de acesso e dos melhores lugares de desembarque dos principais portos da região».

23. Frézier, A. F. (1717). *A voyage to the South sea and Along the Coasts of Chili and Peru, in the years 1712, 1713, and 1714: Particularly describing the genius and constitution of the inhabitants, as well Indians as Spaniards: Their customs and manners; their natural history, mines, commodities, traffick with Europe, &c.* Printed for Jonah Bowyer, pp. 20-29.

24. Maria Fernanda Bicalho (2003, p. 38) já havia destacado como os relatos de viagem serviam de orientações para futuras expedições. Vale destacar a intertextualidade de relatos como o de Frézier, Rogers e Dampier que são mencionados em outros relatos como Behrens, Shelvocke e Roggeveen.

25. Em várias passagens do texto a menção ao relato francês é explícita: «having read in Frezier's Voyage of the Island of St. Catherines, on the coast of Brasil, in the Latitute of 27,30. So, which, according to his account, afforded everything the stood in need of, even without any expence, or, at least, in exchange for salt, which is very valuable there, and this being confirme to me by one of my Officers, who was a Frenchman.».

Shelvocke, G. (1726). *A Voyage round the World by the way of the great South Sea, performed in the years 1719-1722*, J. Senex, pp. 14–15.

26. Shelvocke, 1726, *op. cit.*, p. 9 e pp. 13–14.

27. Shelvocke, 1726, *op. cit.*, p. 9 e pp. 1–19.

28. Os relatos da expedição divergem sobre quem teria sido o oficial responsável pelos desentendimentos, mas aparentemente os ingleses insultaram o já mencionado Manuel Manso de Avelar (chamado de *cuckold*, i.e. corno) e o estopim das desavenças se deu com o incêndio da casa de um dos portugueses da vila. Shelvocke, 1726, *op. cit.*, p. 48; Betagh, W. (1728). *A voyage round the world. Being an account of a remarkable enterprize, begun in the year 1719, chiefly to cruise on the Spaniards in the great south ocean*. Printed for T. Combes at the Bible and Dove in Pater-noster Row, J. Lacy at the Ship near Temple Bar, and J. Clarke at the Bible under the Royal Exchange, p. 43.

29. Shelvocke, 1726, *op. cit.*, p. 47.

30. Compraram algumas cabeças de gado, porcos, peixes salgados e 150 alqueires de farinha de mandioca. Shelvocke, 1726, *op. cit.*, pp. 51–52.

31. CARTA CCLXVII – Ao Marquês das Minas (5 de julho de 1692). In Azevedo, 1928, p. 639.

32. Sharp, 1970, p. 36.

33. Karl Friedrich Behrens era alemão, e de acordo com seu relato decidiu participar da expedição por seu espírito aventureiro e a vontade de conhecer terras distantes (França, 2012, p. 553). Ainda que descreva elementos e episódios que colocam em xeque a credibilidade de sua narrativa, a maioria das descrições encontra correspondência com os outros relatos da expedição. Sharp, 1970; Mulert, F. E. (Org.). (1911). *Scheepsjournaal, gehouden op het schip Tienhoven tijdens de ontdekkingsreis van Mr. Jacob Roggeveen, 1721-1722*. Zeeuwsch Genootschap der Wetenschappen. Disponível em: <https://resolver.kb.nl/resolve?urn=MMKB21:031747000> e com as informações presentes nas fontes portuguesas.

34. Behrens, K. F. (1739). *Histoire de l'expédition de trois vaisseaux, envoyés par la Compagnie des Indes Occidentales des Provinces-Unies, aux terres australes en MDCCXXI*. Aux depens de la Compagnie, pp. 35–37.

35. «Nous les priames d'aller à bord d'un de nos vaisseaux, mais ils le refuserent pensant que nous pourrions bien être des écumeurs de mer». Behrens, 1739, *op. cit.*, p. 36. Os moradores da ilha mencionaram que, cerca de seis meses antes da chegada dos holandeses, um navio pirata havia naufragado com grande quantidade de dinheiro e por estar em uma profundidade acessível o rei de Portugal enviou mergulhadores para recuperar a carga. Behrens, 1739, *op. cit.*, p. 37. É provável que os moradores estejam se referindo ao naufrágio do navio pirata *La Louise*, comandado pelo pirata francês Olivier Levasseur (conhecido como La Buse), uma vez que de fato o navio naufragou com certa quantidade de dinheiro (os itens foram leiloados por 242,550 réis e na carga submersa foram encontrados de 229 quilos de prata) que foram recuperados por moradores e escravos búzios, que mergulharam para recuperar a carga. Contudo, o naufrágio havia ocorrido há mais tempo, em março de 1718. Provavelmente essas notícias chegaram aos moradores em 1720, quando Pires Pardiniho realizou a devassa sobre o naufrágio em São Francisco do Sul (Hostin, 2021).

36. Behrens, 1739, *op. cit.*, p. 37; Sharp, 1970, pp. 37–38.

37. Carta do governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, para o governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, AHU, São Paulo – Alfredo Mendes Gouveia (doravante SP), Cx. 2, doc. 212 (30 de novembro de 1721). Disponível em: Projeto Resgate

38. Behrens, 1739, *op. cit.*, pp. 38–39. Sharp, 1970, pp. 38–39.

39. Após a expulsão dos neerlandeses em 1654, as ameaças de invasão estrangeira voltaram a preocupar as autoridades em 1672, com o desenvolvimento das minas de Paranaguá. O visconde de Barbacena alertou o governador do Rio de Janeiro para que cuidasse das defesas dos portos do sul, como forma de «ganhar-se o tempo nas disposições da segurança dos portos de maior perigo daquela costa em prevenção do rumor que estas minas hão de fazer na Europa». «Carta para o Governador do Rio de Janeiro João da Silva de Sousa sobre diversas matérias acerca do benefício das minas de Paranaguá». BNRJDH (1929). Vol. 10 (1671–1692): *Correspondência dos governadores geraes: Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça; Roque da Costa Barreto, Antonio de Sousa de Menezes, Marquês das Minas, Mathias da Cunha, Frei Manuel da Ressurreição, Antônio Luiz da Câmara Coutinho e da Junta Trina*. Augusto Porto e Companhia, pp. 436–438.

40. Em seu relato, Roggeveen informa que enviou «a sergeant to the shore with a present of Hollands butter, cheese, some dried fish and a ham for the Governor, or whoever had the senior position and command there» (Sharp, 1970, p. 38). Vale notar que um expediente semelhante foi proposto por Caspar Van Heusen em 1655, quando ele apresentou um plano para retomar os contatos com os indígenas que foram aliados dos holandeses no Ceará, recomendando que a oferta de presentes como: «luxurious textiles for chiefs and coarse Osnabruck linen for the common men and women. A great assortment of shoes, socks, needles, pins, hammers, beads, scissors, machetes, muskets, gunpowder, swords, brandy, and, surprisingly, some bacon and cheese» (Meuwese, 2014, p. 6).

41. Sharp, 1970, pp. 38–39.

42. Essa questão estava explícita no alvará: «6º E por ser preciso fazer se um rigoroso exame em todos os navios que forem aos Portos do Estado do Brasil, para se averiguar se a causa da arribada deles é falsa ou verdadeira.». Carta do desembargador e juiz dos feitos, Manuel de Lima Barreto, ao Marquês de Angeja. AHU, Bahia (doravante BA), Cx. 11, doc. 937 (14 de abril de 1717). Disponível em: Projeto Resgate. Gentil de la Barbinais ao narrar a sua chegada na Bahia em 1717 apresentou uma descrição muito vívida do processo que os navios estrangeiros eram submetidos para essa averiguação: desde a ancoragem sob a mira dos canhões de uma fortaleza designada, passando pela retirada do capitão e oficiais da embarcação, seguida pelo exame conduzido por Desembargadores (ou Ouvidores) e oficiais da ribeira que escrutinavam o estado da embarcação e da documentação relativa a viagem (França, 2012, pp. 521–526).

43. Behrens, 1739, *op. cit.*, pp. 42–43. Vale destacar que o relato do Roggeveen não menciona a intimidação nem as hostilidades que se seguiram, contudo a narrativa de Behrens e a correspondência das autoridades portuguesas não deixam dúvidas sobre o episódio de violência.

44. Na versão apresentada pelo governador do Rio de Janeiro, a motivação das hostilidades foi descrita de forma diferente: «sucedeu o ano passado na Ilha de São

Sebastião, onde chegarão duas naus Holandesas a pedir refresco, dizendo ião para a Ilha de Maurício vizinha da de Mascarenhas, e perguntando-se *lhe se tinham dinheiro para pagarem o de que necessitavam, responderam que não, e dizendo-lhe os moradores, que visto o não terem se lhes não havia de dar coisa alguma por fazenda*, com este desengano armaram duas lanchas, e intentaram o desembarque em duas praias». **Grifo nosso.** Arquivo Nacional. (1910). *Publicações do Archivo Público Nacional. Vol. X. (Correspondência activa e passiva dos Governadores do Rio de Janeiro, de 1716 a 1725)* (Vol. 10). Typographia do Archivo Público Nacional, pp. 204–205.

45. Behrens, 1739, *op. cit.*, p. 44.

46. Behrens, 1739, *op. cit.*, p. 41. Sharp, 1970; Mulert, 1911, *op. cit.* pp. 40–41, disponível em: <https://resolver.kb.nl/resolve?urn=MMKB21:031747000>

47. Os padres de Angra dos Reis também atuaram para evitar que hostilidades iniciais aumentassem de proporção quando a tripulação de Rogers foi recebida a tiros pelos moradores, que os confundiram com os franceses que estavam rondando a região. Rogers, 1712, *op. cit.*, p. 38.

48. Sharp, 1970, p. 41.

49. Carta do governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses para o governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, AHU, SP, Cx. 2, doc. 215 (20 de dezembro de 1721). Disponível em: Projeto Resgate

50. Carta do governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses para o governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, AHU, SP, Cx. 2, doc. 216 (5 de janeiro de 1722). Disponível em: Projeto Resgate

51. **Grifo nosso.** Carta do vice-rei e governador-geral do Brasil para o governador do Rio de Janeiro. AHU, BA, Cx. 15, doc. 1271 (20 de fevereiro de 1722). Disponível em: Projeto Resgate

RÉSUMÉS

Esse texto discute a relação entre os *agentes comuns* e as políticas de defesa contra a predação marítima. Reflito sobre a agência desses grupos subalternos (pescadores e comunidades costeiras) nas relações interculturais com piratas, corsários e viajantes estrangeiros. Destaco como o cotidiano laboral dessas comunidades costeiras favoreciam a sua incorporação às políticas de defesa criadas pelas autoridades portuguesas. Também ressalto os elementos que permeavam os contatos interculturais e o posicionamento desses atores sociais em relação aos saques e incursões estrangeiras, comércio ilícito e troca de informações. Proponho essa perspectiva alternativa para compreender como os *agentes comuns* foram elementos-chave na manutenção do controle sobre os territórios no Atlântico português.

This text discusses the relationship between *common agents* and defence policies against maritime predation. I present a reflection on the agency of these subaltern groups (fishermen and coastal communities) in intercultural relations with pirates, privateers and foreign travellers. I emphasize how the daily working life of these coastal communities favoured their integration into the defence policies formulated by the Portuguese authorities. I also highlight the factors that permeated cross-cultural interactions and the stance of these social actors towards plundering, foreign invasions, illicit trade, and the exchange of information. I propose this alternative perspective to explain how *common agents* were key elements in maintaining control over territories in the Portuguese Atlantic.

INDEX

Keywords : maritime predation, fishermen, pirates, Portuguese Atlantic, defence policies, common agents

Palavras chaves : predação marítima, pescadores, piratas, atlântico português, políticas de defesa, agentes comuns

AUTEUR

Hugo André Flores Fernandes Araújo

Pós-Doutorando PPGH/UFJF, bolsista PIPD/CAPES

hugoaffa@hotmail.com